

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

11 de agosto de 2016 | Número 014

BOLETIM informativo



FETEC **CUT**
Centro Norte

Na dissimulação democrático-liberal, o fascismo apresenta suas armas

Para o filósofo Edson Teles, sob o discurso "pacifista, legalista, nacionalista e do 'bom' cidadão", as ações fascistas ocorrem pela violência contra o divergente

Márcia Junges – IHU Online

O bem contra o mal, o considerado correto contra o avaliado como desviante. Muitas vezes as discussões, sobretudo as que estão na esfera política, acabam se reduzindo nesse maniqueísmo e ganhando um teor de violência, que não aceita a dissonância entre pontos de vista e desqualifica o "outro". Para Edson Teles, o radicalismo à brasileira se caracteriza por "se travestir de democrático e liberal. Sob o discurso pacifista, legalista, nacionalista e do 'bom' cidadão, as ações fascistas ocorrem pela violência contra o divergente, o 'anormal', o 'desqualificado', o 'vândalo'. De modo geral, utilizando-se das estruturas do Estado policial, em especial das instituições militares, mas também via judiciário, a repressão e a violação de direitos ocorrem sob a alegação de se fazer o que é possível na situação atual. Com isto se legitimam políticas públicas desrespeitosas, que promovem a desigualdade e aprofundam a injustiça social".

Ao longo da entrevista, concedida por e-mail à IHU On-Line, o professor fala sobre o cenário político brasileiro à luz do incremento de posturas belicosas e carregadas de violência nos debates deste âmbito. Teles destaca que uma das origens deste comportamento está na dissociação entre a representação política e a sociedade, que engendra uma "subjetividade política passiva" calcada na intermediação das vontades e consequente distanciamento das decisões de cunho público-coletivo e no medo.

"Sem extensas raízes de organizações políticas e movimentos sociais, separados diante da necessidade de se organizarem em coletivos e em um sistema político distante de suas realidades, os indivíduos tornam-se presas fáceis dos preconceitos, racismos e velhas concepções discriminatórias. Assim, quando a democracia liberal entra em crise (como podemos ver no Brasil de 2016), o fascismo aciona as subjetivações conservadoras, que no País podemos localizar no machismo, nas fobias de gênero, em certa xenofobia, no preconceito contra os nordestinos, operários, militantes políticos etc.", salienta.

Edson Teles foi detido aos dois anos de idade, junto com a irmã Janaina e os pais César Augusto Teles e Maria Amélia de Almeida Teles, na época da ditadura militar, tornando-se o mais jovem preso político brasileiro. Em 2007, com os pais, a irmã e a tia, processou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, para que ele fosse declarado torturador, tendo obtido ganho de causa em primeira instância.

Graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente leciona na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Entre suas publicações destacamos as obras *O que resta da ditadura: A exceção brasileira* (São Paulo: Boitempo, 2010), *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil* (São Paulo: Hucitec, 2009) e *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* (São Paulo: Imprensa Oficial, 2009), das quais participou da organização.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - No contexto da democracia representativa liberal, como podemos compreender o recrudescimento do fascismo em nosso tempo?

Edson Teles - A representação política da democracia liberal sugere a intermediação dos especialistas, aqueles que têm a posse do discurso verdadeiro sobre as práticas sociais, deslocando os indivíduos para uma subjetividade política passiva. No lugar das singularidades se produz neste regime político as ideias de consenso e de coligação cuja principal forma de exercício é por meio dos fantasmas do medo, ativados pela intensa e constante possibilidade de algum risco ou violência atingir os indivíduos. Diante do medo de fantasmas que colocariam em risco a sociabilidade, autoriza-se que alguns poucos exerçam a política e conduzam as vidas dos indivíduos atomizados em grandes massas.

Sem extensas raízes de organizações políticas e movimentos sociais, separados diante da necessidade de se organizarem em coletivos e em um sistema político distante de suas realidades, os indivíduos tornam-se presas fáceis dos preconceitos, racismos e velhas concepções discriminatórias. Assim, quando a democracia liberal entra em crise (como podemos ver no Brasil de 2016), o fascismo aciona as subjetivações conservadoras, que no País podemos localizar no machismo, nas fobias de gênero, em certa xenofobia, no preconceito contra os nordestinos, operários, militantes políticos etc.

O que caracterizaria esse fascismo e quais são suas raízes?

No Brasil, a maior característica do fascismo é se travestir de democrático e liberal. Sob o discurso pacifista, legalista, nacionalista e do "bom" cidadão, as ações fascistas ocorrem pela violência contra o divergente, o "anormal", o "desqualificado", o "vândalo". De modo geral, utilizando-se das estruturas do Estado policial, em especial das instituições militares, mas também via judiciário, a repressão e a violação de direitos ocorrem sob a alegação de se fazer o que é possível na situação atual. Com isto se legitimam políticas públicas desrespeitosas, que promovem a desigualdade e aprofundam a injustiça social.

Como o passado ditatorial e autoritário do Brasil continua se materializando em nossa sociedade e na nossa política, tomando em consideração os fatos recentes que vivenciamos?

O autoritário se reproduz e se mantém no cotidiano do País. É evidente com os últimos acontecimentos políticos, com atos de elogio à ditadura e em defesa da discriminação daqueles que não se encaixam na norma.

Também fica claro o autoritarismo das instituições e do Estado no modo como efetivam políticas públicas em direção à precarização dos equipamentos de saúde e educação, bem como na chamada "flexibilização" dos direitos trabalhistas. De modo geral, são mudanças efetivadas sem a discussão e a participação nos momentos de decisão. Contudo, há estratégias e formas de vida autoritárias em atividade, como disse, no cotidiano de nossas vidas. Por exemplo, quando se depara com alguém que pensa diferente e este é imediatamente transformado no Outro e, no máximo, tolerado nas sociabilidades do trabalho e de outros ambientes em comum. Ou nas práticas e na cultura do estupro, algo de uma barbárie imensa, tratado discursivamente como inaceitável, mas propagado e ensinado no dia a dia dos brasileiros. Em especial e fundamentalmente aos sujeitos de gênero masculino. A menina é violentada, condena-se o fato, mas colocam-se limites ao caso, falando do local em que ela estava, da roupa que vestia, dos hábitos que sustentava, do modo como se inseria nas redes sociais! Sim, esta culpabilização da vítima de violência sexual no País é a repetição e efetivação de uma cultura do estupro. E este exemplo nos mostra como o autoritarismo não se encontra somente lá onde não estamos, mas no cotidiano de cada brasileiro.

Nesse sentido, quais são os principais limites da nossa democracia representativa tomando em consideração o aumento da intolerância e da submissão a mecanismos econômicos e jurídicos?

Do ponto de vista de uma crítica filosófica, o limite principal desta democracia, dita representativa e liberal, encontra-se no seu caráter de representação excludente e criminalizante ou patologizante. Explico. Primeiramente, é necessário ter em vista que a representação política é um modo paliativo e, contudo, eficiente em vários sentidos de efetivar uma gestão das necessidades de uma população. Dito isto, há que se considerar que a representação nos impõe um grave problema: produz o sujeito universal, o cidadão de bem, o indivíduo seguidor das normas. Quem não é ou não se enquadra nesta subjetividade se configura como o Outro. O abjeto. O menor, insuficiente, impróprio. Indo ao extremo da questão, o excremento da sociedade.

Este pensamento conservador, expresso em ações e políticas fascistas e de posse do consenso instituinte da norma, faz deste Outro o excluído das possibilidades de cidadania. Este resto da normalidade é tolerado, em uma apropriação autoritária do discurso dos direitos humanos. Tolerado quer dizer que será aceito nas esferas públicas e, inclusive, receberá os remédios e reparações visando à diminuição de seu sofrimento social. Entretanto, em momentos de crise ou de mudanças na forma de governo, acionam-se os velhos e tradicionais preconceitos que farão do tolerado o excremento, o abjeto. E este pode ser o morador de rua ou o “vermelho” da ideologia política. A tolerância e a cidadania, apropriadas pelas estratégias autoritárias, têm como produto a intolerância que presenciamos nos dias atuais.

Como analisa as manifestações de ódio como aquela proferida pelo deputado federal Jair Bolsonaro, que homenageou um torturador, Carlos Alberto Brilhante Ustra, em plena sessão da Câmara sobre o impeachment? O que isso revela sobre o imaginário da ditadura entre os representantes de políticos desse tipo?

O que o deputado fascista fez, ao homenagear a tortura via a lembrança do coronel Ustra, foi acionar os afetos de ódio e intolerância latentes naquelas estratégias autoritárias permanentes de nossa sociedade. Para os movimentos de direitos humanos e de vítimas do Estado, as de ontem e as de hoje, as expressões de ódio deste indivíduo, ou os afetos que elas mobilizam, estão presentes no cotidiano de nossas vidas.

Em 2013, ao fim de uma audiência de julgamento do coronel Ustra pelos crimes de tortura, assassinato e desaparecimento de corpos durante a ditadura, um certo número de homens do tipo musculosos, viris e agressivos faziam uma manifestação em frente ao Tribunal Federal de Justiça, em São Paulo. Pediam a volta à ditadura, teciam elogios aos torturadores como heróis da pátria e ameaçavam as testemunhas de acusação do coronel. O grupo de vítimas e testemunhas teve que se acuar no Ministério Público Federal, em prédio próximo ao Tribunal, pois foi perseguido na rua pelos manifestantes de direita. Não houve repercussão. A Polícia Militar assistiu a tudo e nada fez. Nenhum partido ou político de esquerda protestou.

Aparentemente, tratava-se da repetição do conflito de setores radicalizados de um passado já longínquo na história do País. Grande engano. Na passagem de 2015 para 2016, pouco tempo depois daquela cena, tudo se repete em proporções gigantescas. Há na posição do deputado um imaginário sobre a ditadura, com o qual discordamos. Porém, mais grave, é que expressa modos e práticas de ser do presente. Trata-se de construções que fazem uso do passado para se estabilizarem e atuarem no presente, contra subjetivações transformadoras do Brasil atual.

Em outra entrevista, concedida à nossa publicação, em 2011, menciona que a cultura da impunidade está muito presente em nossa matriz política e social através de um “resto”. Em que medida isso se expressa nas demandas fascistas de uma expressiva parte de políticos e a sociedade que lhe dá suporte?

Naquele momento vivíamos o processo de discussão e criação da Comissão Nacional da Verdade. A história recente da ditadura ainda era um tema restrito aos movimentos ou profissionais de direitos humanos e aos movimentos sociais de vítimas da ditadura. Poucos sujeitos além destes mobilizam a apuração e reverberação do que foi a ditadura. Assim, falar em “restos” da ditadura fazia sentido e possibilitava a recuperação dos efeitos de mais de 20 anos de regime de exceção no País. Seria como se a democracia fosse um cesto de frutas e algumas estivessem podres. Esta visão trazia a esperança de que a eliminação destes “restos” traria um aprofundamento da democracia no País. Não seria algo das atuais práticas de governo o nosso problema, mas a herança da ditadura que persistia em operar no País, em especial nas estruturas do Estado.

Hoje, eu insistiria na ideia de “restos”, mas daria um outro valor para esta análise. Diria que as heranças e estratégias autoritárias da ditadura tiveram continuidade e, mais relevante para esta reflexão, foram atualizadas e sofreram o acréscimo de lógicas de governo que as transformaram e lhes deram novas configurações. Assim, quando o Supremo Tribunal Federal confirma, em 2010, que os crimes de tortura permanecem anistiados na democracia, não se trata mais de “resto”, mas é a própria democracia, atualizando estratégias autoritárias, que expressa demandas fascistas. Bem como, quando as várias instâncias de governo acionam polícias e forças de segurança para reprimir as manifestações de junho de 2013, é o projeto político desta democracia que canaliza práticas fascistas, e não mais os “restos” da ditadura.

Qual é o seu diagnóstico sobre o momento político brasileiro? Quais são as semelhanças e diferenças com aquele vivido nos anos da ditadura militar?

O momento, sem dúvidas, é de grave crise e de ausências de respostas prontas. Fazer a relação entre a situação atual e o golpe de 1964 pode nos ajudar a compreender melhor esta crise. Naquele golpe de Estado, no qual os militares, juntamente com os empresários e os latifundiários, rasgaram a Constituição e instituíram um regime de prisão e tortura em massa (segundo a Comissão da Verdade cerca de 20 mil pessoas foram presas somente no primeiro mês após o golpe). Em um contexto de guerra fria, diante da globalização da disputa entre dois blocos, grosso modo capitalistas versus socialistas, o golpe funcionou, entre outros objetivos, para bloquear as aberturas históricas e contingenciais em direção às lutas revolucionárias. Assim, o golpe de 1964 funcionou como uma espécie de contrarrevolução, antecipando um passo possível para a experimentação dos anos 60. É neste ponto, mais diretamente, em que o golpe constitucional parlamentar de 2016 se aproxima da tomada do governo à força pelos militares. Em junho de 2013 o Brasil presenciou uma revolta popular, deixando atônitos seus vários atores políticos. Partidos e governos, de qualquer matiz ideológico, tiveram imensa dificuldade em entender movimentos sem registro na lógica da representação política de uma democracia liberal. Os acontecimentos apontaram para um amadurecimento de um tipo de movimento social não mais sob a liderança das esquerdas, contestatório, mas, e aí estava sua novidade, de ruptura em relação ao modelo de democracia consensual e de governo de coalizão instituída pelos pactos da transição política dos anos 80. Se o governo capitaneado pelo maior partido de esquerda não compreendia e, consequentemente, pouco podia fazer diante dos revoltosos, a democracia liberal passou a demandar uma ação contra revolta buscando antecipar o “desastre” para o seu modelo de política.

Desta forma, somente um novo governo sob a égide da direita, disposto a lidar com violência e perseguição prévia às possibilidades de uma ação política transformadora, poderia atender às demandas das elites brasileiras desde sempre encasteladas nos palácios de governo. Claro que este aspecto não esgota a análise da atual crise. Contudo, para além do estabelecimento de uma narrativa contestatória do espúrio processo de impeachment, a ideia de um golpe hoje no Brasil se assemelha ao de 1964 em seu aspecto preventivo contra as aberturas permeáveis à ruptura.

E o que vislumbra para os próximos meses e anos para as lutas dos movimentos sociais e de setores marginalizados brasileiros?

É difícil, como sabemos, antecipar o futuro, notadamente em se tratando de ação política. Dizia Hannah Arendt que uma das principais características da ação política é a imprevisibilidade. Contudo, há alguns acontecimentos inspiradores de afetos mobilizadores da ação de resistência. Temos visto algumas movimentações neste sentido.

O grande exemplo desta possibilidade encontra-se no movimento de ocupação das escolas no Estado de São Paulo. Os alunos ocupantes demonstram que estão entre os mais habilitados para modificarem a gestão da escola. As programações locais das escolas ocupadas mostram a capacidade da comunidade em gerir o espaço burocratizado e hierarquizado de modo horizontal e democrático, bem como conduzem o trânsito de conhecimentos a partir de seus interesses, desejos e vivências com encontros de qualidade.

Acredito que seja preciso dar fala às minorias, justamente como o fez recentemente o movimento #agoraquesaeelas nas redes sociais, no qual as meninas e mulheres falaram em narrativa própria as violências sofridas. O problema é que as instituições do Estado ou coletivas no País não estão preparadas para este tipo de ação. No máximo, as subjetividades podem se expressar enquanto protagonistas de um processo controlado pelos especialistas e representantes. Aqui a questão de fundo é a indignidade de alguém falar por outros. Não é mais possível pensarmos uma democracia fundamentada somente na representação política. Este modo de gestão da vida elimina as várias diferenças, cria os consensos e, com isto, silencia a maior parte das vidas circulantes em seus territórios de representação. Não se trata de negar esta instituição da fala política, mas ela tem de ser um recurso final, de acionamento raro.

Para isto é preciso lidar com a ideia de governo a partir de outra temporalidade. Deve-se abandonar o paradigma atual, o de governar por meio de medidas de exceção e urgência. Não é possível, por exemplo, se propor a reorganizar a vida escolar a partir da lógica de governo e de representação política. Qualquer mudança nas escolas deveria ser



pensada, criada e decidida pela comunidade escolar, os alunos, pais e professores, e o Estado apenas garantiria as condições para a execução das medidas. Hoje, têm sido os movimentos feministas, LGBTs e de estudantes os principais acionadores de aberturas às novas possibilidades políticas de resistência.

Como analisa os resultados da Comissão da Verdade e da Justiça no País? Quais são as razões pelas quais a memória é uma categoria tão central para o aprofundamento da democracia?

A memória é o modo pelo qual um povo, seus sujeitos, têm acesso aos significados e valores que compõem sua existência atual. Sem o acesso elaborado ao passado somos condenados a repetir estruturas e estratégias recalcadas, mas sempre reativadas, que tendem a manter a ordem reinante das coisas. Tivemos no País uma comissão da verdade que se recusou, já na elaboração da lei de sua criação, a incluir o termo “justiça” em seu nome. Fruto de um acordo palaciano de governabilidade, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 e instalada em 2012, apresentou ao País um relatório final tímido, em termos histórico e político. Seu conteúdo é praticamente uma compilação dos conteúdos já sabidos e denunciados pelos movimentos de vítimas da ditadura e seus familiares, de direitos humanos e das comissões governamentais de reparação. Nenhum corpo desaparecido foi localizado. De posse de seu produto, o governo não tomou a iniciativa de realizar uma agenda de justiça contra os torturadores e criminosos da ditadura. As vítimas pouco tiveram voz.

Diferentemente das principais e melhores experiências de comissões da verdade mundo afora, a CNV quase não realizou audiências públicas. Preferiu as sigilosas sob o argumento de que assim conseguiria resultados mais profundos com impacto no Relatório Final. A invisibilidade atual deste Relatório demonstra que a opção foi um erro político. A crise política do País já se avizinhava e o conhecimento da história da ditadura, bem como do processo controlado de transição política, instituidor da política de coalizão hoje em crise, poderia proporcionar às lutas democráticas um bom instrumento de luta.

Entretanto, nem tudo foi bloqueado neste processo. Podemos destacar pelo menos dois pontos positivos. O primeiro, de ampla repercussão, foi o fato de o País legitimar um deslocamento de olhar para o passado recente. O fato de se criar a CNV provocou a disseminação de comissões em várias esferas do País, instituições e localidades. Isto produziu a proliferação do discurso, claramente adotado pelos movimentos sociais, de que há algo de autoritário na democracia e que revisitar a história da ditadura poderia colaborar para a luta do presente. Em especial, os movimentos se utilizaram deste deslocamento para fortalecer a denúncia do processo de repressão política existente na democracia e com forte recrudescimento a partir de junho de 2013.

Um outro aspecto interessante foi a inclusão de outros sujeitos entre as tradicionais vítimas da ditadura. Destaco aqui, via relatório da CNV, a perseguição às subjetividades homoafetivas ou dissonantes de uma heteronormatividade. E, também, a comunidade indígena, a qual sofreu a continuidade do genocídio de seus membros, o que, aliás, continuou ocorrendo na democracia em todos os seus governos

“A ideia de um golpe hoje no Brasil se assemelha ao de 1964 em seu aspecto preventivo contra as aberturas permeáveis à rupturas de resistência”

<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/7553-na-dissimulacao-democratico-liberal-o-fascismo-apresenta-suas-armas>

Artigo

A saída contra a barbárie é lutar enquanto categoria e enquanto classe trabalhadora!

Vera Paoloni*

Enquanto rola a Olimpíada e nas agências bancárias a categoria bate metas cada vez maiores e exaustivas, o governo interino e golpista de Temer, aliado ao Congresso Nacional, vai aprovando a pauta-bomba que retira direitos. Por exemplo, o projeto de lei da terceirização, que é considerado questão de vida e morte por banqueiros, empresários e governo interino e golpista.

É nessa conjuntura de tsunami de ataque aos direitos da classe trabalhadora e da categoria bancária que chegamos à campanha 2016, com uma boa parcela de bancárias e bancários ainda sem se aperceber por completo do que se avizinha em termos de terceirização, privatização e desmonte.



O que fazer? Como equilibrar a transmissão das informações de forma a mostrar a realidade sem cair na vala da desesperança?

Nunca o método Paulo Freire do aprender-fazendo veio tão a calhar. E aprender-fazendo é ir onde o povo está: nas unidades de trabalho; é ouvir, conversar, atender e entender, perceber que a informação precisa ser passada no ponto certo pra reacender a vontade de defender direitos sem perder a esperança

E catando um pedaço aqui, outro ali, sentindo como pensa cada trabalhador e cada trabalhadora, ir tecendo, construindo a resistência já na caminhada. Conquistando aliados dentro e fora da categoria, levando informação, fazendo formação, de forma intensiva e colaborativa, a luta toma corpo, pois não há tempo a perder.

O Sindicato dos Bancários e Bancárias do Pará já iniciaram essa conversa com a categoria e na CUT-PA. Realizamos a primeira plenária sindical com dirigentes para expor o dantesco e demolir projeto contra a classe trabalhadora e tirar um plano de ação vigoroso que inclui assembleias, plenárias, reuniões.

Atuar enquanto rede, escutar mais e juntar aliados contra a ofensiva da destruição e da barbárie: essa é uma saída!

À luta, companheiras e companheiros!

Só a luta te garante!

* Vera Paoloni é bancária do Banpará e diretora de Comunicação da CUT-PA. Integra a mesa de negociação do Banpará



O ouro de Rafaela Silva e a fábula da meritocracia

Marcelo Bugos*

A conquista da medalha de ouro olímpica por Rafaela Silva, menina da Cidade de Deus, traz de volta, com renovado vigor, a retórica da superação que o caminho do esporte, como expressão máxima do poder transformador do mérito, é capaz de propiciar.

O fato de Rafaela ser negra, de família pobre e oriunda da favela, serve como uma luva à narrativa de que pelo esporte é possível “escapar ao caminho da violência”, e o judô seria a atividade ideal para transformar a “violência que ela trazia da comunidade em força para vencer na luta”. Afirma-se, irresistível, o caráter redentor do esporte contra uma realidade que tem tudo para desencaminhar as crianças levando-as para o “caminho do mal”.

Acostumados com essa narrativa sobre a favela, que a toma como *locus* da cultura da violência por excelência, assistimos impassíveis à repetição do mantra que traz o sinal da naturalização de uma cidade desigual, e que se contenta resignada com o fato de que, como nem todos podem ser como Rafaela, não resta outra alternativa a não ser cumprir o destino traçado pela “cultura da violência das comunidades”.

Difícil dizer o que choca mais: se é a falta de respeito e cuidado com os milhões de crianças e famílias que moram em favelas e periferias e que lutam cotidianamente contra a violência do Estado e do tráfico (as quais frequentemente se confundem) para construir uma vida digna baseada na valorização da escola e do trabalho, e que são insultadas com a suspeição de que caso não bafejadas pela sorte de um projeto salvacionista cumpriram um destino inexorável; ou se é a desfaçatez com que se assume a violência das comunidades como um dado natural, tal como um desígnio de deus, contra o qual nada se pode fazer.

A trama macabra do fatalismo desresponsabiliza a sociedade e o poder público, e esvazia o papel transformador da política.

Atenta às consequências de suas palavras, e aparentemente prevenida para o mau uso político de sua imagem, Rafaela demonstra prudência apesar da emoção, mas não deixa de pontuar que na Cidade de Deus “não tem nada”. Em uma única frase, resume timidamente sua percepção nua e crua de uma realidade brutalmente desigual.

O que talvez seja menos evidente para Rafaela, embora ela pareça intuir, é que para ser produzida e reproduzida essa cidade desigual não pode dispensar o uso de contraexemplos como o dela que, perversamente, mais servem para ocultar do que para revelar a questão social na qual sua vida – nossas vidas – estão encerradas. Quem conhece as armadilhas do debate sobre a favela sabe o quanto tem sido difícil romper com esse círculo vicioso, de uma narrativa que tanto opera com uma sociologia vulgar, que toma o território (a favela) como determinante de um comportamento violento e potencialmente criminoso – a velha máxima “o meio faz o homem”; quanto com uma psicologia igualmente vulgar, que procura explicar as exceções pelo talento e pela perseverança individual, mas nunca pelos efeitos virtuosos que a família e a vizinhança podem ter para a sua formação.

Essa forma específica de articulação entre a dimensão social e a dimensão individual tem tido entre nós a força de um mito que, afinal, explicaria a sobrevivência, desde a abolição da escravidão, de uma dinâmica que torna muito difícil a emergência dos conflitos sociais urbanos, na medida em que contribui para naturalizar a pobreza e a desigualdade social, e suas formas mais explícitas de exteriorização, que são as favelas e periferias das grandes metrópoles do país.

É por isso que a maravilhosa conquista de Rafaela, em vez de ser tratada como a vitória de uma atleta, logo teve que ser convertida em “medalha de sabor social”, com o que se vivifica a força do indivíduo que serve de exceção que confirma a regra.

Mais uma vez vale a pena trazer a voz da judoca: “não tenho recado para ninguém, eu tenho é uma medalha no meu peito”. Como se vê, apesar do empenho da grande imprensa, Rafaela tem dado sinais de que pretende resistir com tenacidade a cumprir com o *script* que se espera dela.

Como destruir esse mito que mantém a política à margem do coração do drama urbano brasileiro? Não há caminho fácil, mas algumas apostas podem ser feitas. A que parece mais promissora é aquela que aponta para o caráter transformador da recente mobilização dos estudantes secundaristas em diversas cidades e estados do país.

Boa parte deles moradores de favelas e periferias pobres, os estudantes ocuparam por um momento as escolas para convertê-las nos espaços públicos que suas cidades sistematicamente se recusam a oferecer-lhes. E nas escolas ocupadas puderam ensaiar o espetáculo que cedo ou tarde levarão para o teatro mais amplo da política.

Nesse espetáculo, eles são sujeitos da história desse país, e se lutam por uma escola pública de qualidade é por verem nela o caminho mais universalista para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais inclusiva.

Caso a vitória de Rafaela deixasse de ser lida como encarnação do discurso salvacionista, que reafirma a fábula do mérito individual e o fatalismo da desigualdade social, e se articulasse com a nova narrativa que a luta dos estudantes secundaristas está construindo, teríamos, aí sim, um verdadeiro legado social e político da Rio 2016.

*Marcelo Bugos é professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-ouro-de-rafaela-silva-e-a-fabula-da-meritocracia>

Prioridades sindicais em 2016

Clemente Ganz Lúcio*

O movimento sindical atua para mobilizar, articular e organizar a luta dos trabalhadores pelos direitos econômicos, sociais e políticos. Por isso, as Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB realizaram, em 26 de julho, a Assembleia Nacional dos Trabalhadores pelo Emprego e pela Garantia de Direitos. Na oportunidade, definiram como agenda de lutas o enfrentamento do desemprego, ações para impedir a flexibilização de direitos e as mudanças na previdência social que venham a prejudicar os trabalhadores.

O desemprego deve continuar aumentando e promovendo a queda dos salários, a ampliação da informalidade e a precarização das condições de trabalho. Hoje já são mais de 11,6 milhões de desempregados no País. A previsão é de que esse número continue crescendo, no mínimo, até meados de 2017, mas pode se estender até 2018, a depender da dinâmica econômica. A situação atual indica que há extrema dificuldade para a retomada do crescimento econômico.

A queda no emprego e nos salários acarreta a diminuição da massa salarial, que gera menor capacidade global de consumo e acarreta redução na demanda para as empresas, ampliando o ciclo recessivo. Para reverter esse quadro de desemprego, é preciso que haja crescimento econômico sustentado por uma demanda cuja origem seja o aumento da massa salarial (mais empregos com melhores salários), pelo investimento público e privado (infraestrutura econômica, social e produtiva) e pela capacidade ampliada de importar e exportar de maneira equilibrada. Portanto, o desafio prioritário é uma atuação unitária do movimento sindical visando a uma política macroeconômica para retomar o crescimento e gerar empregos.

Também é fundamental trabalhar para fortalecer e ampliar as políticas de proteção do emprego, em especial para dar nova dinâmica ao sistema de intermediação de mão de obra, ampliar a cobertura do seguro-desemprego de cinco para sete parcelas, fortalecer e ampliar a oferta de microcrédito produtivo e de formação profissional, entre outras iniciativas que geram ocupações e renda e proteção ao emprego e ao desempregado.

Estão em debate no Executivo e Legislativo dezenas de medidas. Uma delas limita os gastos dos entes federados, colocando travas severas para a formulação e execução do orçamento dos Estados e da própria União. Altera fundamentos constitucionais que foram responsáveis pelo avanço nos direitos sociais no Brasil.

A regulamentação da terceirização tramita no Senado. A questão previdenciária voltou para a agenda. Também trouxeram à tona, mais uma vez, a reforma trabalhista.

O movimento sindical sempre esteve disposto a debater mudanças que ampliem e garantam direitos previdenciários a todos os trabalhadores, que aperfeiçoem o sistema de relações de trabalho, com fortalecimento da negociação coletiva, direito de organização no chão das empresas, efetivo direito de greve, solução ágil dos conflitos e a real proteção aos trabalhadores terceirizados.

Trazer a agenda para uma modernização capaz de elevar o padrão civilizatório das relações trabalhistas e a proteção social no Brasil é um grande desafio.

O que está à frente é uma pauta de muita complexidade, que exigirá elevada capacidade de produzir diagnósticos e propostas que apoiem grandes debates e processos de negociação.

Mas, vale lembrar sempre, o que determina essencialmente a capacidade sindical de atuar é a concreta força de mobilização, combinada com a demonstração efetiva de unidade, capaz de operar ações conjuntas, com a reunião de propósitos e consolidação de iniciativas. É preciso lembrar sempre: a unidade nos faz crescer na adversidade.

(*) Clemente Ganz Lúcio é sociólogo e diretor técnico do Dieese

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26241:prioridades-sindicais-em-2016&catid=46:artigos&Itemid=207



Notícia

Comando entrega reivindicações e marca calendário de negociações com os bancos

Primeira rodada, dia 18, será sobre emprego e no dia seguinte sobre remuneração. Comando também entrega pauta específica à Caixa. Fetec-CUT/CN participou das reuniões.

O Comando Nacional dos Bancários, integrado pela Federação do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) e coordenado pela Contraf-CUT, entregou nesta terça-feira 9 à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) a pauta de reivindicações da Campanha 2016, que tem como destaques aumento de real de 5%, PLR de três salários mais R\$ 8.317, piso salarial de R\$ 3.940, fim das demissões e mais contratações, melhores condições de trabalho e fim do assédio moral, mais segurança e igualdade de oportunidades.

O Comando Nacional e os bancos definiram na reunião que a primeira rodada de negociação será sobre emprego, no dia 18 de agosto. No dia seguinte, o tema será remuneração. As datas das rodadas de negociação sobre saúde, condições de trabalho e segurança bancária e sobre igualdade de oportunidades serão definidas no dia 18.

O encontro foi realizado na sede da Fenaban, em São Paulo. Na sequência, no mesmo local, o Comando entregou à direção da Caixa a minuta específica de reivindicações dos empregados. A pauta específica do funcionalismo do Banco do Brasil será entregue à direção da empresa na quinta-feira 11, também em São Paulo. A entrega da minuta específica dos funcionários do Banco da Amazônia e do BNB ainda não tem data definida. No BRB, os bancários definirão sua pauta específica de reivindicações nesta sexta-feira 12.

A Campanha Nacional será unificada entre bancários de bancos públicos e privados. As reivindicações gerais da categoria, o que inclui o índice de reajuste, serão negociadas na mesa única da Fenaban e mesas concomitantes com BB, Caixa, Banco da Amazônia e BNB para as demandas específicas.

“Nós bancários da região Centro Oeste e Norte do país estamos juntos para que tenhamos uma campanha forte em busca de novas conquistas. Unidos, somos fortes. Sabemos que será uma campanha difícil, mas nossa unidade, independente de sermos bancos públicos ou privados, e nossa força com certeza nos levarão à vitória”, afirma José Avelino, presidente da Fetec-CUT/CN, que participou da reunião na Fenaban.

A pauta de reivindicações foi aprovada pela 18ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada em São Paulo entre 29 e 31 de julho.



Foto: Sônia Mele



As principais reivindicações

- > Reajuste salarial de 14,78%, o que significa 5% de aumento real acima da inflação.
- > PLR de três salários mais R\$ 8.317,90 fixos para todos.
- > Piso salarial de R\$ 3.940,24 (equivalente ao salário mínimo do Dieese em valores de junho último).
- > Vales alimentação, refeição, 13ª cesta e auxílio-creche/babá no valor de R\$ 880,00 ao mês para cada (salário mínimo nacional).
- > Melhores condições de trabalho, com o fim das metas abusivas e do assédio moral que adoecem os bancários.
- > Emprego: fim das demissões, mais contratações, fim da rotatividade e combate às terceirizações diante dos riscos de aprovação do PLC 30/15 no Senado Federal, além da ratificação da Convenção 158 da OIT, que coíbe dispensas imotivadas.
- > Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para todos os bancários.
- > Auxílio-educação: pagamento para graduação e pós.
- > Prevenção contra assaltos e sequestros: permanência de dois vigilantes por andar nas agências e pontos de serviços bancários, como determina a legislação. Instalação de portas giratórias com detector de metais na entrada das áreas de autoatendimento e biombo nos caixas. Abertura e fechamento remoto das agências, fim da guarda das chaves por funcionários.
- > Igualdade de oportunidades: fim às discriminações nos salários e na ascensão profissional de mulheres, negros, gays, lésbicas, transsexuais e pessoas com deficiência (PCDs).

Para ler as pautas específicas acesse

<http://www.feteccn.com.br/noticia/comando-entrega-reivindicacoes-e-marca-calendario-de-negociacoes-com-os-bancos/>

Depois da entrega da pauta, os bancários fizeram manifestação pelo centro de São Paulo. Veja o vídeo: <https://www.facebook.com/contrafcut/>



Diretores da Fetec-CUT/CN participaram do Curso de Negociação Coletiva de Saúde do Trabalhador

Realizado na Escola do Dieese, em São Paulo, nos dias 26, 27 e 28 de julho/2016, o Curso reuniu 52 dirigentes sindicais do país.

Os participantes avaliaram o evento como excelente, destacando que temas relacionados à saúde também englobam a saúde dos trabalhadores e devem servir de princípios norteadores para todo e qualquer processo negocial envolvendo a questão.

Destacaram também a importância de outros dirigentes sindicais participarem de eventos formativos com essas características, pois estes subsidiam a atuação sindical cidadão, comprometida com todos os aspectos de trabalhadoras e trabalhadores.



'O Brasil que queremos' e 'Por que gritamos golpe?'

O lançamento das duas obras no Sindicato dos Bancários de Brasília, em 10 de agosto, contou com a presença de Emir Sader, organizador de *O Brasil que queremos*, publicação que reúne artigos de uma série de autores e temas. Nomes como o de Luiz Inácio Lula da Silva, Leonardo Boff, Marilena Chauí, Marcia Tiburi e Dalmo Dallari tratam de democracia representativa, economia sistema financeiro nacional, tributação e sistema político.



Foto: Agnaldo Azevedo

Segundo o cientista político, o livro pretende sair do labirinto atual no qual a sociedade se encontra. "Esse modelo de Estado que está aí não dá mais, ele não é democrático e deve ser profundamente reformulada", disse. E contou que o livro "nasceu de uma breve conversa com Lula, quando ele afirmou que precisávamos de novas utopias, já que a de 2002 – fazer com que todos os brasileiros pudessem comer pelo menos três vezes ao dia – havia sido realizada. Não que a desigualdade do país tenha acabado, mas uma agenda social foi incorporada inclusive pela direita".

O debate, que contou com a participação de centenas de pessoas, ficou a cargo do secretário de Formação da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN), Jacy Afonso, que destacou a "necessidade de fortalecer a democracia, especialmente neste momento, com participação popular para reconstruir nosso projeto para o país".

O livro pode ser baixado no link https://maissuas.files.wordpress.com/2016/08/o-brasil-que-queremos_web.pdf.

Baixe, reproduza, compartilhe e promova o debate sobre o "Brasil que queremos". O livro "Por que gritamos golpe?" proporciona ao leitor diversas análises sobre a dinâmica do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, dentro de

Oficinas Regionais de Formação na ECO/CUT

Laudelino Vieira*

A Escola Centro-Oeste de Formação da Cut (ECO/CUT) realiza no período de 10 a 13/08/16 em Goiânia – GO, as Oficinas Regionais de Formação de Formadores(as) Continuada e a de Gestão Sindical, cujos objetivos foram apresentar e debater as estratégias da Política de Formação da CUT – PNF/CUT; Preparar os(as) educadores(as) formados no Programa Nacional de Formação de Formadores para contribuir na realização dos Cursos de ORSB e nas demais atividades que serão desenvolvidas pelas CUTs nos Estados e formar os coletivos e núcleos de educadores e fortalecimento da Rede de Formação da CUT; Capacitar os(as) formadores para que possam ser multiplicadores(as) do processo formativo de Gestão Sindical nos estados e também apresentar o Programa de Gestão Sindical e o seu formato, construção pedagógica, metodológica e conteúdo. A Oficina que além de contar com a participação efetivas de seus Educadores Jeová Simões, César Azevedo e Jodat Jawabri, também teve a participação de Rosane Bertotti, Secretária Nacional de Formação, que contribuiu na Análise de Conjuntura e apresentação do PNF/CUT e fez uma reflexão sobre as estratégias e perspectivas para o período de 2016 a 2019. A Fetec-Cut/CN se fez representar pelos companheiros de Dourados, Raul Verão e Laudelino Vieira que integram o Núcleo de Educadores da CUT/MS e tem contribuído na formação sindical da CUT na região de Dourados-MS.

Laudelino Vieira é diretor de Formação do Sindicato dos Bancários Dourados e Região MS



Agenda

Secretaria Nacional de Juventude da Contraf Planejamento 2016/2017

Data: 17 e 18 de agosto

Local: Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema-SP

Programação

Dia 17 de Agosto

Mesa 1: "Conjuntura e Reestruturação Produtiva nos bancos".

Mesa 2: "As experiências de organização e empoderamento dos jovens no movimento sindical".

Dia 18 de Agosto

Construção do Plano de Ações da Secretaria de Juventude da Contraf-CUT

IV Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde

Evento, que será realizado entre 22 e 26 de agosto na cidade de São Paulo, aborda trabalho, meio ambiente, direito e saúde

. As inscrições podem ser feitas no Portal da Fundacentro, em <http://www.fundacentro.gov.br/cursos-e-eventos/proximos-eventos>.

Acesse a programação completa no link

<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoConteudoProgramatico/PROGRAMACAO%2027%20%20julho.pdf>



3ª Turma do Curso de Negociação e Contratação Coletiva – NCC



A Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT Apolônio de Carvalho – ECO/CUT realizará nos dias **30 de agosto a 02 de setembro de 2016**, o primeiro módulo da 3ª Turma do Curso de Negociação e Contratação Coletiva – NCC.

Datas

I Módulo – Relações de trabalho e Negociação: Aspectos fundamentais :30 de Agosto a 02 de Setembro/2016.

II Módulo – Negociação Coletiva: Contextos, âmbitos e formas - 25 a 28 de Outubro/2016.

III Módulo – Preparação, desenvolvimento e desfecho da negociação -
29 de Novembro a 02 de Dezembro/2016.

Inscrições

As CUT's estaduais e as entidades devem confirmar os participantes, através do envio de Ficha de Inscrição devidamente preenchida, impreterivelmente até o dia **22 de agosto** de 2016 a ser encaminhado para os e-mails ecocut@ecocut.org.br e elbbya@ecocut.org.br.

ATENÇÃO: As informações completas sobre o Curso foram encaminhadas às entidades filiadas à FETEC-CN



Dicas

Quadrinhos

Quadrinho desconstrói o conceito de "meritocracia"

É muito comum no Brasil, principalmente depois da ascensão de parte da população com os programas de transferência de renda do governo, algumas pessoas recorrerem ao conceito de "meritocracia". Essa ideia é, normalmente, utilizada para criticar as medidas sociais usando a justificativa de que todos têm as mesmas oportunidades e que o mérito verdadeiro – o sucesso profissional, por exemplo – depende única e exclusivamente do esforço individual.

De modo simples e quase didático, o ilustrador australiano Toby Morris consegue desconstruir esse conceito. Por meio de duas histórias distintas, em um quadrinho intitulado "On a Plate" [em português, *De Bandeja*], Morris resume bem a condição a que muitos estão submetidos e expõe os privilégios que os defensores da meritocracia carregam consigo e não enxergam. Confira a versão com a tradução livre feita pelo Catavento.

<http://www.revistaforum.com.br/2015/06/01/quadrinho-desconstrói-o-conceito-de-meritocracia/>



Com os professores Roberto Ponciano - Mestre em Filosofia (UGF) Letras (UFRJ) e Especialista em Economia (UNICAMP) e Ernesto Germano Pares (formador e assessor sindical dos eletricitários, especialista em Marx), o Curso tem como objetivos:

- Conhecer o método materialista dialético utilizado em todos os cursos de Ciências Sociais (História, Economia, Filosofia, Sociologia).
- Conhecer o método de análise materialista dialético vital para fazer análise de conjuntura.

Início: 12/09/2016

<https://www.cursomultiplus.com.br/lojavirtual/produto/1104/COMBO-Curso-de-Extensao-Marxismo-da-Primeira-Internacional-aos-dias-atuais>



Sítio



Povos indígenas Xavante, Umutina, Bakairi e Chiquitano, no estado de Mato Grosso, já têm o seu próprio site de vendas, o <http://www.territorioscriativosmt.com.br/>. O endereço eletrônico é um dos produtos do projeto Territórios Criativos indígenas, fruto de parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Por meio do site, são vendidos produtos, como redes, cestos, bolsas, colares, pulseiras e esculturas, e serviços, como apresentações de música e dança e vivências interculturais nas tribos. <http://bit.ly/24p6Saz>

Coisas que você precisa saber sobre a Justiça brasileira

Jornal GGN - O jornal antijurídico, "Coisas", do Justificando, apresenta neste programa o Judiciário brasileiro. O programa explica como é que o nosso Judiciário se tornou um "monstro indomável". O programa trata da perseguição aos juízes progressistas, bem como aos pretos e pobres. Nosso Judiciário é um dos mais caros do mundo, é racista, é único em sua ruindade, nada num mar de bondades-auxílios, gratificações e verbas, ganhando 23 vezes mais que um brasileiro comum e bem posto na vida. Acompanhe o "Coisas" que é um especial sobre o Judiciário!

Roteiro: Brenno Tardelli e Igor Leone.

Agradecimentos: Silvio Almeida e Felipe Freitas.

Como ele se tornou um monstro indomável, quais são as garantias e auxílios dos juízes, quem é o juiz brasileiro, porque nosso Judiciário é racista, como funciona a perseguição de juízes progressistas. Tudo isso e muito mais, batido no liquidificador, especialmente pra vocês :)

<http://jornalggn.com.br/noticia/coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-justica-brasileira>

BOLETIM inFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

